

# Por unanimidade, Supremo declara inconstitucional lei municipal de ‘ideologia de gênero’

*Dez ministros acompanham relator, Alexandre de Moraes, sobre lei de Novo Gama (GO) que proibia debate sobre identidade de gênero em escolas*

**[\(Folha de S.Paulo, 24/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)**

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), em unanimidade, votaram contra uma lei municipal que vetava a discussão de gênero em escolas.

A corte declarou inconstitucional uma lei de Novo Gama (GO) sobre a chamada [“ideologia de gênero”](#).

O Supremo julgava desde sexta-feira (17), em sessão virtual, uma ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) proposta pela PGR (Procuradoria-Geral da República), contra a lei de 2015.

A análise da legislação municipal foi concluída nesta sexta (24).

Pela lei questionada, era proibido “material com informações de ideologia de gênero” nas escolas de Novo Gama.

A expressão “ideologia de gênero” não é reconhecida no universo educacional. É usada por grupos conservadores e religiosos contrários ao debate sobre diversidade sexual e identidade de gênero.

O combate a abordagens de gênero ganhou força no Brasil com o movimento chamado [Escola Sem Partido](#) e também por iniciativas legislativas ligadas a grupos bolsonaristas.

O relator da ação no Supremo, ministro Alexandre de Moraes, concordou com o entendimento da PGR de que a lei viola de modo “formal e material”

princípios e dispositivos constitucionais.

No julgamento, 10 dos 11 ministros seguiram o relator: Ricardo Lewandowski, Celso de Mello, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Edson Fachin (que acompanhou com ressalvas).

Segundo a PGR, a lei do município goiano fere, entre outros pontos, o direito à igualdade, a [laicidade do Estado](#), a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento.

“Somente na publicação do acórdão vamos saber os detalhes da decisão dos ministros e de como será sua aplicação em outros casos de legislação antigênero existentes no país”, disse Denise Carreira, da Ação Educativa, que integra grupo de organizações e redes de sociedade civil ativas no combate a legislações inspiradas no Escola Sem Partido.

“A decisão cria uma jurisprudência qualificada e poderosa contra qualquer legislação que crie barreiras para o debate de gênero na educação”, afirmou.

Para Carreira, o posicionamento do Supremo significa “uma vitória de todos os que lutam pelo direito à educação de qualidade no país, contra o obscurantismo, a ignorância, a censura, as perseguições às profissionais de educação, contra a discriminação e a violência vivida por meninas, mulheres e população LGBT [lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros]”.

Em fevereiro, Moraes já havia suspendido por liminar (decisão temporária) a lei de Novo Gama.

A ordem foi baseada no entendimento de que não cabe aos municípios legislar sobre assuntos vinculados a diretrizes e bases da educação nacional, responsabilidade da União.

“Colocando de lado, nesse primeiro momento, a questão, por si só tormentosa e de grande relevância constitucional, a respeito da identificação das questões de gênero, importa realçar que a proibição de divulgação de conteúdos na atividade de ensino em estabelecimentos educacionais implica

ingerência explícita do Poder Legislativo municipal no currículo pedagógico ministrado por instituições de ensino vinculados ao Sistema Nacional de Educação”, escreveu Moraes na decisão provisória.

A ADPF 457 é uma das 15 ações no Supremo que tratam de conteúdos relacionados às propostas do movimento [Escola Sem Partido](#).

Três delas se referem a uma lei de Alagoas que instituiu a chamada “Escola Livre”. Também inspirada no Escola Sem Partido, a legislação está suspensa desde 2017 por liminar de Barroso.

Segundo levantamento mais recente do Movimento Educação Democrática, de agosto de 2019, há o registro de 121 projetos de leis vinculados ao Escola sem Partido nos legislativos municipais e estaduais de todo o país.<sup>00</sup>

Foi em 2014 que os filhos políticos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) apresentaram, no Rio de Janeiro, os primeiros projetos de lei para criar Escola Sem Partido: Flavio Bolsonaro fez a proposta na Assembleia Legislativa, e Carlos Bolsonaro, na Câmara Municipal.

Segundo estudiosos, a abordagem educacional sobre questões de gênero pode colaborar com o combate de problemas como gravidez na adolescência, violência contra mulher, machismo e homofobia.

A igualdade de gênero é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

De acordo com pesquisadores, o próprio termo “ideologia do gênero” foi gestado entre os que atacam essas discussões. Não há entre educadores, portanto, quem defenda uma ideologia.

*Por Paulo Saldaña*

---

# Raquel Dodge pede ao STF para derrubar decretos de Bolsonaro que facilitaram acesso a armas

*Governo editou decretos para alterar regras sobre posse e porte de armas. No último dia à frente da PGR, Dodge disse que medidas estão em ‘descompasso’ com Estatuto do Desarmamento.*

[\(G1, 17/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A procuradora-geral da República, [Raquel Dodge](#), pediu nesta terça-feira (17) ao Supremo Tribunal Federal ([STF](#)) para derrubar todos os [decretos](#) do presidente [Jair Bolsonaro](#) que tornaram mais flexíveis as exigências para a posse e o porte de armas.

O direito ao **porte** é a autorização para transportar a arma fora de casa. É diferente da **posse**, que só permite manter a arma dentro de casa.

No [último dia à frente da PGR](#), Raquel Dodge se manifestou a favor de ações apresentadas ao STF pelos partidos Rede Sustentabilidade e PSOL que visam barrar os decretos. A relatora das ações é a ministra [Rosa Weber](#) e não há data prevista para o julgamento do caso.

Ao todo, neste ano, Bolsonaro editou sete decretos para facilitar o acesso a armas. Segundo Raquel Dodge, três ainda estão em vigor.

*“Os três decretos atualmente vigentes mantiveram, em grande parte, as inconstitucionalidades apontadas [...]. Em outras palavras, os novos decretos extrapolaram a função regulamentadora e invadiram campo reservado à lei”, disse Dodge.*

# Estatuto do Desarmamento

Na manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal, a procuradora-geral da República argumentou que os decretos de Bolsonaro estão em “descompasso” com o [Estatuto do Desarmamento](#).

O estatuto é uma política de controle de armas e está em vigor desde 22 de dezembro de 2003. O texto foi sancionado com o objetivo de reduzir a circulação de armas e estabelecer penas rigorosas para crimes como o porte ilegal e o contrabando. A regulamentação do estatuto ocorreu em 2004.

“Não há dúvida de que as normas impugnadas, em diversos dispositivos, flexibilizaram as disposições do estatuto, ao abrandar o rigor estabelecido na lei para a concessão de posse e de porte de arma de fogo e aumentar o número de armas disponibilizadas a atiradores, colecionadores e caçadores, em total descompasso com os propósitos legais de fomentar o desarmamento, recrudescer a disciplina sobre tráfico de armas e controlar as armas de fogo em território nacional”, argumentou Raquel Dodge.

## Novas denúncias no caso Marielle Franco

Em seu último dia como procuradora-geral da República, Dodge também anunciou que apresentou uma [denúncia ao STJ contra cinco pessoas](#) por interferência nas investigações dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista dela Anderson Gomes.

Dodge também pediu ao tribunal a abertura de um novo inquérito para apurar os mandantes do crime e ainda um pedido para que toda a investigação do caso vá para o âmbito federal. Caberá ao STJ decidir se acolhe a denúncia e o destino das investigações.

# Escola Sem partido

Ao se despedir do cargo, Raquel Dodge também pediu ao Supremo que derrube “qualquer ato” do poder público que configure censura ou vigilância ao trabalho de professores. Na prática, o pedido é contra projetos como o Escola Sem Partido.

Ela pediu, ainda, ao STF para conceder uma decisão liminar (provisória) para barrar ações cujo objetivo seja impor limitações ao trabalho dos professores com base em “vedações genéricas”.

*Por Mariana Oliveira*

---

## Brasil avança em combate a abuso infantil, mas ainda tem falhas

*País ocupa 11ª posição em relatório; ponto negativo é prevenção à violência sexual*

[\(Folha de S.Paulo, 20/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

SÃO PAULO - O governo brasileiro avançou em leis federais contra o [abuso](#) e a [exploração sexual de crianças](#), mas ainda falha em prover dados sobre a prevalência desse tipo de violência e programas que previnam novos abusos. A análise é de um [relatório](#) do setor de pesquisas da revista britânica The Economist publicado nesta semana, que avaliou dados quantitativos e qualitativos de 40 países, que reúnem 70% da população global de crianças.

O Brasil ocupa a 11ª melhor colocação, com 62,4 pontos, em escala que chega a cem, em estratégias de combate a esses crimes. Está acima da média do grupo, de 55,4 pontos. A Argentina, por exemplo, marcou 45,4 pontos. A

pontuação é composta por 34 indicadores e 132 subindicadores.



Exploração sexual infantil no Pará, por Marlene Bergamo / Folhapress.  
[Acesse galeria na íntegra.](#)

Embora os dez países mais bem colocados (pontuação acima de 75) figurem entre os mais ricos do mundo, como Reino Unido (82,7), Suécia (81,5) e Canadá (75,3), melhores índices socioeconômicos não implicam diretamente em maior proteção às crianças, segundo o relatório.

Mas, quanto maior a pontuação do país no chamado [índice de democracia](#) (medido pela Economist), maior a probabilidade de que as crianças estejam protegidas.

“O estigma e a falta de [discussão aberta sobre sexo](#), direitos das crianças e gênero geram repercussões negativas na habilidade de um país proteger suas crianças”, dizem os autores do relatório.

Segundo registros do SUS, 49,5 mil meninas de 10 a 19 anos [sofreram estupro](#) de 2011 a 2016, média de 23 por dia. Em 58% dos casos, o crime ocorreu na residência. Em 36%, familiares ou parceiros íntimos foram os prováveis autores.



A discussão vem no momento em que a [educação sexual nas escolas está sob ataques do governo de Jair Bolsonaro \(PSL\)](#). “Quem ensina sexo para as crianças é o papai e a mamãe”, disse o presidente em novembro. No mês seguinte, o escritor Olavo Carvalho, apontado como ideólogo de Bolsonaro, foi além: [“Quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas”](#).



Escola católica de SP trabalha com temas de sexualidade, por Karime Xavier/Folhapress ([Acesse galeria na íntegra](#))

A [Câmara dos Deputados, por sua vez, discute proposta](#) que restringe a inclusão do tema nas escolas, o chamado [Escola sem Partido](#).

Ela prevê que os valores familiares devem ter “precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Determina ainda que não serão adotadas políticas que usem os termos “gênero” e “orientação sexual”.

O relatório considera diversas formas de violência sexual, como estupros, [exploração sexual](#), exposição a imagens e linguagem sexual, casamento infantil, entre outros.



“Estamos no princípio de mudanças de atitudes entre adultos [no que diz respeito a abusos sexuais, como o [movimento #MeToo](#)], mas não particularmente sobre as crianças”, diz Carol Bellamy, da ECPAT International (rede global para combate à exploração sexual de crianças), no relatório.

O documento avalia quatro quesitos principais: o ambiente (como a segurança e a estabilidade em um país); as legislações de proteção às crianças; o compromisso e capacidade dos governos de executar as políticas no setor e o engajamento do setor privado, da sociedade civil e da mídia.

O Brasil aparece com pontuação acima da média em todos os quesitos, com exceção do compromisso e capacidade dos governos: globalmente, o índice foi de 50,4, mas o Brasil aparece com 48,1 pontos.

Entre as iniciativas positivas adotadas pelo país, a Childhood Brasil cita uma lei, de 2017, que garante direitos a menores de idade vítimas ou testemunhas de violência, incluindo a sexual. Um deles é o acesso à escuta protegida, ou seja, as denúncias devem ser apresentadas em um ambiente seguro, acolhedor e sob controle de profissionais qualificados.

Entre limitações brasileiras, o relatório cita falhas na coleta de dados sobre violência sexual contra crianças e a insuficiência de programas de prevenção aos abusadores.

O documento apresenta iniciativas que têm se mostrado eficazes na prevenção e tratamento desse tipo de violência. Na Alemanha, por exemplo, há um projeto na área da prevenção que oferece a pedófilos um tratamento terapêutico gratuito e confidencial, com abordagens que buscam uma autogestão da libido.

Uma outra questão abordada no relatório foi sobre a violência sexual sofrida por meninos, que tende a ser negligenciada.

**PESQUISAS AVALIOU LEIS CONTRA O ABUSO**

## SEXUAL INFANTIL

**62,4** pontos obtidos pelo **Brasil** na avaliação de política de combate ao abuso e exploração sexual, numa escala de 0 a 100

**82,7** foi a pontuação do **Reino Unido**, o mais bem colocado na pesquisa

**53,4** foi a pontuação obtida pela **Malásia**, na lanterna do estudo

Cláudia Collucci

---

## Comissão da Escola Sem Partido encerra trabalhos sem votar parecer; projeto será arquivado

*Projeto proíbe que professores manifestem posicionamentos políticos ou ideológicos e que discutam questões de gênero em sala de aula. Foi a 12ª reunião convocada para votar o parecer.*

**[\(G1, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados que discute o projeto conhecido como [Escola Sem Partido](#), deputado Marcos Rogério (DEM-RO), encerrou nesta terça-feira (11) os trabalhos do colegiado sem que fosse votado o parecer do relator. Não haverá mais reunião da comissão e o projeto será arquivado.

A proposta proíbe que professores manifestem posicionamentos políticos ou ideológicos e que discutam questões de gênero em sala de aula.

O deputado Marcos Rogério encerrou os trabalhos da comissão depois de [12 sessões sem resultado e seguidas tentativas de votação](#) do relatório do deputado Flavinho (PSC-SP).

“Quem está sepultando o projeto nesta legislatura, não é a oposição. Quem não está deliberando é quem tem maioria neste parlamento que não comparece”, afirmou Marcos Rogério.

Ele fez ainda elogios à atuação dos partidos de oposição, que, segundo ele, fez o “bom combate”, que conseguiu atrasar o andamento da tramitação com base no regimento da Câmara. “A oposição merece o reconhecimento da comissão. Se pautou na obstrução e cumpriu aquilo que lhe é garantia regimental”, disse.

## **Arquivado**

Com o fim da legislatura, todos os projetos que não têm parecer aprovado nas comissões vão automaticamente ao arquivo. O atual mandato termina em 31 de janeiro, mas os parlamentares entram em recesso a partir do dia 23 de dezembro e, portanto, encerrando os trabalhos legislativos.

Pelo regimento da Câmara, o autor do projeto ou de qualquer outro que tramita em conjunto pode apresentar requerimento para desarquivá-lo. Se isso acontecer, a tramitação começará do zero, com a criação de uma nova comissão.

A oposição comemorou o encerramento dos trabalhos. Com cartazes, manifestantes que acompanhavam a comissão entoaram cantorias.

Embora houvesse quórum suficiente registrado no painel eletrônico, o plenário da comissão estava esvaziado, o que fez com que a reunião demorasse quase três horas para ser aberta.

Os deputados favoráveis - muitos deles ligados à bancada religiosa - ao projeto marcavam presença e deixavam o local, com exceção de apenas três ou quatro. Apenas os parlamentares críticos ao projeto permaneceram em peso na comissão o tempo todo.

Foi a 12ª reunião para votar o parecer que impõe regras aos professores

sobre o que pode ser ensinado em sala de aula. Desde julho, a comissão tem convocado reunião para a discussão e votação do relatório do deputado Flavinho (PSC-SP).

Assim como nas reuniões anteriores, deputados críticos ao texto apresentaram requerimentos regimentais que precisaram ser votados antes, [fazendo com que a tramitação da proposta não avance](#).

## **Controvérsia**

No seu parecer, o relator diz que o professor “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas”, deverá apresentar aos alunos, “de forma justa, as principais versões”.

Críticos ao texto argumentam que o projeto não permitirá o pensamento crítico em sala de aula. Defensores alegam que a proposta tem como objetivo evitar a “doutrinação” nas escolas.

*Fernanda Calgaro*

---

# **‘Escola sem partido’ dificulta o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes**

*Projeto ‘Escola sem partido’ é prejudicial ao combate da violência sexual contra crianças e adolescentes*

[\(Carta Campinas, 19/11/2018 – acesse no site de origem\)](#)

Em abril de 2017 a Rede Britânica BBC publicou matéria com uma informação que deveria ser melhor observada no país: 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescentes.

Os dados foram colhidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, em 2011, através do Sistema de Informações de Agravo e Notificação do Ministério da Saúde - SINAN.

**Dados ainda mais graves indicam que a maioria destes estupros ocorre dentro de casa e que os principais responsáveis são os pais ou padrastos (24,1%) ou amigos e conhecidos da família (32,2%).**

Dados mais recentes de duas pesquisas convalidam esta informação: o “Atlas da Violência de 2018”, publicado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e o “Mapa da Violência de 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil”, produzidos pela FLACSO. Existem pequenas variações nos números, mas os indicadores mantêm os mesmos resultados. Detalhe importante, **quanto a vítima e o criminoso se conhecem 78,6% dos estupros ocorrem dentro de casa, índice que cresce quando as vítimas são crianças e adolescentes em razão da vulnerabilidade.**

Em todos os estudos uma informação comum: embora o número de estupros registrados no Brasil fique em torno de 50 mil por ano (49.497 casos em 2016), estima-se que este número seja bem maior e, segundo o próprio IPEA, supere 527 mil por ano. Alguns fatores pesam para isto, sendo um administrativo que a falta de integração entre os dados do SUS e da polícia. Mas o principal é o preconceito e o medo incutido na mente das vítimas pela cultura do estupro: “Certamente, as duas bases de informações possuem uma grande subnotificação e não dão conta da dimensão do problema, tendo em vista o tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido” (IPEA, 2018, p. 56).

O corte de gênero na violência é evidente: **até os 15 anos, 83,2% das vítimas são meninas; já entre os 15 e 19 anos, 93,8% das vítimas são do sexo feminino.** A razão para isto, além do patriarcalismo ser a base da cultura do estupro, é que a principal meio para a prática da violência sexual é o uso da força e da agressão e os adolescentes do sexo masculino com mais de 15 anos já possuem maior resistência física contra os pais, padrastos e outros agressores.

Por outro lado, os próprios institutos de pesquisa indicam a educação e a **informação, além do aparelhamento dos serviços públicos, são os maiores instrumentos para o enfrentamento** deste tipo de violência. Um exemplo destas medidas reconhecido no próprio Atlas da Violência com o crescimento do número de registros entre 2011 e 2016, fato que é creditado à expansão e aprimoramento dos centros de referência contra a violência sexual, à mudança da legislação, que permitiu tipificar mais facilmente o estupro e ao crescimento das campanhas educativas realizadas em escolas, pelo governo e por grupos feministas (IPEA, 2016, p. 58).

Logo, assim como acontece em outros campos, **enfrentar o tema da violência sexual para dentro das escolas, por meio da abordagem de temas como gênero, educação sexual e homofobia**, pois ainda existe um grande número de vítimas que são meninos, permitiria construir uma real resistência problema.

O certo é que projetos educacionais que propõem a manutenção de tabus, da cultura patriarcal e da repressão à sexualidade na infância e na adolescência são elementos que contribuem para o crescimento deste tipo de violência, que é silenciosa para a sociedade, pois ocorre dentro de casa.

*Por Sandro Ari Andrade de Miranda*

---

## **Bandeira de Bolsonaro, veto a abordagem de gênero sofre derrotas em série na Justiça**

*Este ano, tribunais de ao menos 5 estados suspenderam leis municipais que proibiam menção a gênero*

[\(Folha.com, 12/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)



Apontada como uma das [bandeiras do presidente eleito Jair Bolsonaro \(PSL\) para a educação](#), a proposta de vetar a abordagem de gênero nas escolas, que integra o projeto de lei da [Escola sem Partido](#), tem sofrido reveses em tribunais estaduais e no STF (Supremo Tribunal Federal).

Somente neste ano, as cúpulas dos tribunais de ao menos cinco estados (SP, RJ, MG, SE e AM) suspenderam leis municipais que proibiam menção a gênero, segundo levantamento feito pela **Folha**.

Agora, a expectativa é que o tema [seja analisado em breve pelo plenário do Supremo](#).

Além disso, desde o ano passado, a Procuradoria-Geral da República entrou no STF com ao menos sete ações contra normas de municípios de diferentes regiões que proíbem a [“ideologia de gênero”](#) nas escolas -dessas, duas tiveram liminares do Supremo suspendendo as leis. Em breve, o STF deve julgar o tema em plenário pela primeira vez.

As decisões provisórias do Supremo apontam que as normas ferem princípios da Constituição, como o da igualdade entre todas as pessoas e o da liberdade de aprender e ensinar. Citam também que apenas a União tem competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação.

Nos tribunais estaduais, que julgam casos questionados diretamente nas cortes, os fundamentos são parecidos. Alguns, como em Minas Gerais, entenderam também haver [censura a professores](#) e escolas, uma vez que as leis proíbem “qualquer discussão não só em relação ao tema, incluído de forma ampla e genérica”, “mas também ao material didático adotado”.

Para a PGR, que atua no STF, é enganoso dizer que há uma “ideologia de gênero”. “‘Ideologia’ serve como palavra-disfarce. Com esse ente nebuloso, a lei pretende vedar qualquer abordagem de temas ligados à sexualidade [...] e ignorar quaisquer realidades distintas do marco heteronormativo”, afirmou o órgão.

Em São Paulo, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça já proferiu ao menos sete decisões contrárias a leis que vedam a abordagem de questões de gênero ou que trazem outros pontos do [Escola sem Partido](#). Os casos se

referem a São José do Rio Preto, Santos, Taquaritinga, Matão, São Bernardo do Campo, Jundiá e Ribeirão Preto.

Uma das decisões mais recentes é de setembro. O TJ decidiu declarar inconstitucional lei de Taquaritinga que “proíbe atividades pedagógicas que reproduzam o conceito de ideologia de gênero”.

Sancionada em 2017, a norma define o conceito como a “ideologia segundo a qual os dois sexos, masculino e feminino, são considerados construções culturais e sociais”.

Segundo o TJ, a lei feriu a Constituição estadual, que dispõe que não pode haver “qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe, raça ou sexo”.

Autor do projeto de lei, o vereador Genésio Valensio (PRB) afirmou que deve recorrer e que não poderia falar mais por sofrer ameaças. “Falaram até que eu era contra os professores.”

“Independente de eu recorrer ou não, o Jair Bolsonaro já vai cortar”, disse.

A proposta de governo registrada no Tribunal Superior Eleitoral por Bolsonaro não cita o nome Escola sem Partido, mas se alinha aos pressupostos do projeto em tramitação na Câmara. “Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce”, prega Bolsonaro.

No Rio, o TJ suspendeu em setembro uma lei de Niterói que proibia escolas de recomendar qualquer tipo de material que trate de diversidade sexual e questões de gênero. O mesmo já havia ocorrido com lei de Volta Redonda. Além desses locais, há decisões contrárias a leis dessa natureza nos tribunais de Minas, Sergipe e Amazonas.

Setores favoráveis às normas contestam. Autor do projeto que originou uma lei contra “ideologia de gênero” em Manaus, Marcel Alexandre (PHS) diz que entrou com a medida após pais reclamarem de “abusos” no ensino.

“Tenho certeza que os pais que geraram um Romeu vão olhar para ele com

ideia de Romeu e dar conceitos de Romeu. Chega na escola e recebe conceito de Julieta? É complicado isso”, compara ele.

“Isso é um tema que cabe em universidade ou em ensino de segundo grau. Mas fundamental, não”, afirma. A norma acabou suspensa em maio deste ano. Alexandre diz que vai recorrer. Já a secretaria de educação de Manaus afirmou em nota que tem um grupo de trabalho para fortalecer inclusão nas escolas, o qual trabalha com temas de [diversidade sexual](#).

No STF, a primeira das sete ações da PGR foi contra uma lei de Novo Gama (GO) que proíbe materiais com “ideologia de gênero” e submete todos os conteúdos à análise prévia do município.

Na semana passada, um recurso da PGR nessa ação entrou em julgamento no plenário virtual (via internet). Na terça (6), o ministro Edson Fachin pediu destaque, o que levará a discussão ao plenário presencial, situação inédita no tribunal.

As outras seis ações da PGR contestam leis de Cascavel (PR), Paranaguá (PR), Blumenau (SC), Tubarão (SC), Ipatinga (MG) e de Palmas, que fora liberada pelo TJ do Tocantins. Essas ações não têm relação com as dos tribunais estaduais dessas cidades porque não houve questionamento nas cortes. A PGR só ajuíza ações no STF.

As leis de Paranaguá e Palmas foram suspensas cautelarmente por decisão do relator, Luís Roberto Barroso. Os casos ainda irão ao plenário. “Não tratar de gênero e sexualidade no âmbito do ensino não suprime tais questões da experiência humana, apenas contribui para a desinformação”, escreveu Barroso na ação sobre Palmas. O ministro também suspendeu a ação que tramitava no TJ local. A Câmara de Palmas sustentou que abordar “a ideologia de gênero” extrapola a missão da escola e “implicaria afronta ao direito dos pais de educar os filhos”.

Na ação sobre lei de Blumenau ainda não há decisão. Mas o relator, Fachin, requereu informações e registrou no despacho que as alegações da PGR contrárias à norma “estão amparadas em precedentes desta corte”.

Um dos precedentes é de 2011, de um julgamento sobre outro tema, no qual

o plenário reconheceu o “direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da dignidade da pessoa humana”.

O outro, de 2016, também sobre outro tema, assentou que “o direito à educação consubstancia um compromisso com a pluralidade democrática”.

Para Toni Reis, diretor do Grupo Dignidade, que ingressou como amicus curiae (amigo da corte) nas ações no STF, deve haver diretrizes definidas por especialistas e capacitação dos professores para lidar com esses temas. “Falar sobre isso não é dar aula sobre sexualidade, é aprender que ninguém pode tocar no corpo de outro sem autorizar e que não se pode fazer bullying”, afirma.

## **LEIS CONTRA ABORDAGEM DE GÊNERO NAS ESCOLAS**

20 municípios, ao menos, já aprovaram leis do tipo, que foram barradas na Justiça

### **ARGUMENTOS CONTRÁRIOS**

Municípios **não podem legislar** sobre diretrizes e bases da educação, papel que compete apenas à União

Ao proibir a adoção de diretrizes sobre diversidade de gênero, leis discriminam a população LGBT.

Segundo a Constituição, **todos são iguais** perante a lei

Leis **contrariam princípios constitucionais** como as liberdades de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, e podem indicar censura a professores

### **ARGUMENTOS FAVORÁVEIS**

Lei surgiu como forma de **impedir os abusos e “doutrinação”** feita por alguns professores com relação a orientação sexual

Abordagem da temática gênero e orientação sexual no ambiente escolar **não possui fundamento** no texto da Constituição

Tratar de **“ideologia de gênero”** ou fazer apologia a qualquer tipo de

orientação sexual extrapola a missão da escola e implicaria afronta ao direito dos pais de educar os filhos

Fonte: TJs, pesquisa em jurisprudência, STF

*Por Natália Cancian e Reynaldo Turollo Jr.*

---

# Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula

*André\* pede um expresso médio. “Puro, por favor.”*

*Quando o garçom vai embora, ele continua a conversa, apertando os olhos castanhos sob as sobrancelhas grossas. Filósofos como Schopenhauer, Maquiavel e Gramsci são citados para embasar seus argumentos.*

[\(BBC News Brasil, 05/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Schopenhauer diz que, quando uma pessoa te ofende, é porque ela não sabe te rebater. Ela quer desqualificar seu argumento desqualificando você”, ele explica, dando um gole no café.

O assunto é [Escola Sem Partido](#). André é um apoiador do movimento contra a “doutrinação ideológica”. Segundo o grupo, cujas ideias estão entre as propostas do presidente eleito [Jair Bolsonaro](#) (PSL) para a Educação, professores se aproveitariam da “audiência cativa” dos estudantes para aliciá-los para uma corrente ideológica - quase sempre de esquerda.

Os mesmos princípios estão em um projeto de lei que deve ser votado nesta semana em comissão especial da Câmara. A proposta estabelece que toda sala de aula deverá ter um cartaz especificando os deveres dos docentes,

como “não cooptar os alunos para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária”.

“Enfim”, André dá de ombros, balançando os fones de ouvido ao redor do pescoço. “Quando você debate com professores, eles usam as táticas que Schopenhauer explica, apelam para a plateia. Ele não quer te dirigir à verdade. O objetivo é convencer a sala de que você é um aluno arrogante.”

André está no Ensino Médio. Ele tem 16 anos.

Independentemente da aprovação do texto no Congresso, André discute os conceitos do Escola Sem Partido como se eles estivessem valendo. E, de certa forma, eles estão.

Na semana passada, Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual eleita pelo PSL em Santa Catarina, postou em suas redes sociais uma mensagem incentivando estudantes a gravarem seus professores na segunda pós-eleição e denunciá-los caso suas “manifestações político-partidárias ou ideológicas” ofendessem “sua liberdade de crença e consciência”.

Na postagem, ela escreveu que “muitos professores doutrinadores” estariam “inconformados e revoltados” com a vitória de Bolsonaro. Na quinta-feira, o juiz Giuliano Ziembowicz, da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis, determinou “a retirada imediata” dessas mensagens das redes da deputada.

Ao longo de um mês, professores, alunos e pais relataram à BBC News Brasil que ações como a sugerida por Campagnolo já acontecem nas salas de aula. Não são sempre casos conhecidos, mas transformações sutis e amplas - brigas, palavras silenciadas, conteúdo suprimido -, que alteram a dinâmica de ensino.

Nesta reportagem, André e outros atores que vivem essas transformações contam como o Escola Sem Partido já é um programa em movimento em colégios do país.

---

Há alguns meses, em uma turma do oitavo ano, o professor de história Rafael



caminhava por entre as carteiras para checar que tipo de soluções os alunos estavam propondo para o país. Era essa a atividade do dia em uma das escolas privadas em que trabalha. Ele perguntou a uma adolescente qual era sua sugestão. “Matar todos os comunistas”, ela teria respondido.

“Perguntei o que são comunistas, mas ela não sabia, eram os pais que falavam isso. Tinha certeza que, se questionasse algo, seria demitido no dia seguinte. Então não falei nada.”

Os princípios do projeto e do movimento Escola Sem Partido insistem na defesa do direito dos pais sobre o ensino dos filhos, para que eles “recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

O discurso de que professores devem repassar apenas o conteúdo aprovado pelas famílias é recorrente entre os apoiadores do movimento. Outro ponto forte é o de que deve haver espaço igual para visões opostas sobre todos os temas – em teoria, seria possível criticar, mas também necessário listar as vantagens do capitalismo, por exemplo.

Para o professor da faculdade de educação da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Movimento Educação Democrática, Fernando Penna, é visível que essas ideias já chegaram às escolas.

Ele diz estar numa posição privilegiada para atestar o alcance das regras: percorreu 23 Estados brasileiros dando palestras sobre o assunto. Em todos, conta, encontrou professores que, como Rafael, foram pressionados para cumpri-las ou denunciados por não fazê-lo: “é um processo muito difuso”.

A chave para entender o crescimento orgânico do movimento são os projetos de lei que carregam seu nome nas esferas municipais e estaduais. São mais de 150 deles, de acordo com o último levantamento do grupo Professores Contra o Escola Sem Partido, feito em janeiro. E mesmo que apenas 14 tenham sido aprovados em Estados como Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba, a percepção de que o projeto está valendo teria se espalhado entre os pais. Vários deputados e senadores eleitos neste pleito também defendem essa bandeira.

“Recebemos muitas mensagens na página dizendo ‘isso é lei, vocês não

podem reclamar'", diz a professora Fernanda Moura, membro do grupo.

A capilaridade das propostas também seria explicada pela publicação de vídeos, fotos e textos nas redes sociais. A página do Facebook do Escola Sem Partido tem 192 mil curtidas, mas os registros de professores discutindo com seus alunos sobre política, muitas vezes de forma agressiva, são compartilhados incontáveis vezes pela internet.

As mães entrevistadas disseram receber esse tipo de material pelo WhatsApp.

[Leia na íntegra no site da BBC News Brasil](#)

*Por Ingrid Fagundez, da BBC News Brasil em São Paulo*

---

## **Café com Luta: Escola sem Partido e a perpetuação das injustiças de gênero - São Paulo/SP, 29/06/2018**

Em 2017, Católicas pelo Direito de Decidir divulgou os resultados da [pesquisa encomendada ao IBOPE Inteligência](#), realizada em fevereiro de 2017. Entre os principais dados estão a revelação de que a maioria da população brasileira (84%) é favorável à Educação Sexual nas escolas. Apesar dos números revelados pela pesquisa apresentarem um cenário favorável a uma conversa aberta e democrática nas escolas, a incidência no legislativo de grupos fundamentalistas em favor da censura deste debate vem crescendo e ameaçando a consolidação de um Estado verdadeiramente laico.

Para discutir essa temática que se torna ainda mais urgente em ano de

eleição, Católicas pelo Direito de Decidir realizará em sua sede, no dia 29 de junho (sexta-feira), às 19h, mais uma edição do Café com Luta, que terá como tema “Escola Sem Partido e a Perpetuação das Injustiças de Gênero”.

O evento contará com a presença de Juliane Cintra, coordenadora das Unidades de Suporte (Eventos, Comunicação e Tecnologia) da organização Ação Educativa, e Julian Rodrigues, ativista LGBTI, professor e jornalista. A sede de Católicas fica na [Rua Martiniano de Carvalho, nº 71, casa 11](#), no bairro da Bela Vista, em São Paulo/SP. Inscreva-se gratuitamente [aqui](#).

Não poderá participar presencialmente? Sem problemas! O debate será transmitido ao vivo em nossa página no Facebook. Participe enviando suas dúvidas e comentários: [fb.com/catolicasdireitodecidir](https://fb.com/catolicasdireitodecidir)

### **SERVIÇO:**

Café com Luta: Escola Sem Partido e a Perpetuação das Injustiças de Gênero.

Data: 29 de junho de 2018 (sexta-feira).

Horário: 19h às 21h.

Local: Sede de Católicas na [Rua Martiniano de Carvalho, nº 71, casa 11 -Bela Vista - São Paulo/SP](#).

Gratuito.

---

# **Escola Sem Partido avança na Câmara; texto proíbe termo ‘gênero’**

*Cartilha a ser afixada em classe de aula estabelecerá ‘deveres do professor’*

**[\(Folha de S.Paulo, 08/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A comissão especial destinada a analisar o projeto de lei conhecido

como [Escola Sem Partido](#), capitaneada pela bancada evangélica, apresentou nesta terça-feira (8) relatório favorável à proposta.

Após leitura do parecer, abre-se prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas. Depois, a matéria segue para discussão e votação na comissão.

O texto, assinado pelo deputado Flavinho (PSC-SP), proíbe o uso da palavra “gênero” e da expressão “orientação sexual” em sala de aula, mesmo em disciplinas “complementares ou facultativas”.

“A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”, diz o parecer.

Em seu voto, o relator criticou aqueles que afirmam pregarem a “ideologia de gênero”: “A maioria esmagadora tanto de intelectuais quanto da população em geral acredita que homem é homem e mulher é mulher”, disse.

De acordo com ele, não há precedente que prove que “uma sociedade sexualmente plural seja realmente sustentável a longo prazo”. “O que sabemos por experiência concreta é que uma cultura heteronormativa foi imprescindível à perpetuação da espécie humana e ao desenvolvimento da civilização ocidental.”

Além da questão de gênero, a proposta prega a neutralidade do professor em sala de aula. Pelo texto apresentado, o professor “não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas”.

Ela prevê ainda que o professor deve respeitar “o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”, tendo “os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

O substitutivo, que foi apresentado em sessão composta apenas por membros da bancada evangélica, prevê ainda que sejam afixados cartazes em salas de

aulas com os “deveres do professor”, em local que “possam ser lidos por estudantes e professores”.

A lei deve se aplicar, diz o texto, a livros didáticos, avaliações de ingresso no ensino superior, provas de concurso para docente e instituições de ensino superior.

Polêmica, a proposta é alvo de protestos. De acordo com seus críticos, ela cerceia o direito dos professores de livre cátedra. Em 2016, a PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestou contra a inclusão do projeto na base nacional curricular, afirmando que a proposta é inconstitucional.

Segundo o presidente da comissão, Marcos Rogério (DEM-RO), a proposta apenas possibilita “acesso à informação”. “Não há nenhuma novidade, tudo que está ali já é previsto pela Constituição”, afirma ele. Ele diz que há a pressão para proposta que preveja punição dos professores, mas que essa medida deve ser analisada posteriormente, caso o texto atual não “tenha efeito”.

A previsão é de que a votação do projeto se dê no final de maio, mas a apreciação da proposta deve se alongar por diversas sessões, uma vez que devem ser apresentados votos em separado e que o projeto deverá ser objeto de debate acalorado.

---

## **ESCOLA SEM PARTIDO**

Projeto prevê que cartaz com ‘deveres do professor’ seja afixado em salas de aula; dimensão deve ser de 70x50cm

*1 - O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária;*

*2 - O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas;*

*3 - O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem*

*incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;*

*4 - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa —isto é, com a mesma profundidade e seriedade—, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;*

*5 - O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;*

*6 - O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.*

*Angela Boldrini*

---

## **Um em cada cinco nascidos no país é filho de adolescente (mas não podemos falar sobre sexo!), por Sabine Righetti**

*Recentemente, visitei algumas escolas públicas da cidade de São Paulo e algo me chamou atenção: havia muitas meninas grávidas. Em uma das escolas, na zona Sul de São Paulo, quatro garotas assistiam aula sustentando um barrigão. Traduzindo em estatística, isso representava, naquela escola, uma em cada dez meninas do, atenção, ensino fundamental. Elas tinham menos de 15 anos.*

*[\(blog Abecedário, 20/10/2017 - acesse aqui\)](#)*

A gravidez na adolescência é tão comum no país que, hoje, [uma em cada cinco crianças que nascem no país é filha de adolescente](#). É um índice



terrivelmente alto. Quem conhece essa realidade, já sabe o caminho: essas meninas começam a ser excluídas na própria escola até abandonarem os estudos –e dificilmente voltam mais tarde.

E o que a gente está fazendo para melhorar esse quadro? Na prática, nada. Ao contrário: estamos querendo impedir que as escolas falem sobre sexo. E estamos proibindo que menores de idade tenham acesso a exposições que abordem o assunto.

Qualquer especialista em educação diria que, gente, não é bem por aí.

Precisamos falar sobre sexo nas escolas –e precisamos falar sobre gênero também. Precisamos falar sobre métodos anticoncepcionais, sobre o que representa ter um filho em idade precoce. Precisamos ler sobre o assunto, debater e pedir que os jovens escrevam e reflitam. Que façam desenhos. Que reflitam de novo. Que esbocem planos e projetos para a própria vida. Que tenham perspectiva.

Acontece que estamos caminhando para o outro lado. Projetos em debate hoje no país, como o [Escola sem Partido](#), querem proibir que assuntos de política, de educação sexual e de temas ligados à gênero sejam fomentados na escola. De acordo com quem defende esse projeto, esses temas devem ser tratados em casa, pela família.

*(Aliás, na última visita que fiz a uma escola pública, o assunto “gênero” veio à tona logo nos primeiros minutos. Uma menina questionou um professor que tinha pedido para um aluno mexer na horta e não ela, “que iria se sujar”. A resposta da garota: “Você diz isso só porque sou menina”. Pronto. Está colocado o debate de gênero.)*

## **MASP**

A sensibilidade com o debate sobre sexo na adolescência é tão grande que chegou às artes. Recentemente, o MASP tarjou sua [exposição sobre histórias da sexualidade para maiores de 18 anos](#). Os menores não podem ir, atenção, nem acompanhados de seus responsáveis. Não podemos mostrar arte que trate de sexo para adolescentes em um país em que 20% dos nascidos são filhos de adolescentes.

Isso faz algum sentido?

A arte está aí justamente para isso: para a reflexão, para a abstração, para o debate. A arte desperta -não para o sexo, mas para a reflexão do que o sexo significa. Faz pensar. Quanto menos falarmos disso, maior será o tabu, mais sozinhos estarão os nossos adolescentes e, óbvio, maiores serão os índices de gravidez precoce.

O próximo passo será tarjar exposições de ciência que abordem reprodução?

Eu me pergunto onde vivem as pessoas que pensam projetos, criam regras e desenham políticas públicas nesse país. Essas pessoas já foram a alguma escola pública? Já entraram, falaram com os alunos e ouviram o que eles têm para dizer? Estudante não é bobo, adolescente menos ainda. Está na hora de pararmos de encarar com hipocrisia esse país.